

Parecer nº 81/98

Data: 1998.07.15

Processo nº 414

Reclamante: Domingos José Fernandes Fevereiro

Entidade Reclamada: Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria Geral

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, actualmente recluso no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, apresentou na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, em 27 de Abril de 1998, um requerimento onde solicitava o seguinte:
 - a) Reprodução, através de fotocópia, das leis orgânicas dos seguintes Governos Constitucionais: XI, XII, XIII, Regimento do Conselho de Ministros, e leis orgânicas da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), da Secretaria Geral dos Serviços Sociais, do Gabinete da PCM, e das Secretarias de Estado, Institutos, Direcções-Gerais e outros organismos integrados e dependentes da PCM, actualizadas, incluindo todas as alterações feitas, mesmo revogadas;
 - b) Reprodução, através de fotocópia, de despachos de delegação de poder e/ou competências de várias entidades que identifica;
 - c) Mais requereu a isenção de pagamento na reprodução e envio das solicitadas cópias ao abrigo do artigo 11º do Código de Procedimento Administrativo.
2. Não tendo obtido qualquer resposta o cidadão apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativo (CADA), com data de entrada de 30 de Junho de 1998, reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior.

3. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à Comissão já se perfizera o prazo de 35 dias previsto no nº 3 do artigo 15º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA).
4. A CADA já teve ocasião de se pronunciar de forma abundante, e para o mesmo cidadão, sobre matéria idêntica, sendo a doutrina constante das conclusões e fundamentação dos pareceres relativos aos processos nºs 323, 324, 325, 328, 397, 398 e 399 que, mais uma vez, se reafirma.
5. A publicidade dos actos normativos apresenta-se como princípio fundamental no Estado de Direito Democrático, que exige o seu conhecimento por parte dos cidadãos e proíbe actos normativos secretos, contra os quais eles estariam inibidos de se defender (cfr. art. 119º/2 da CRP). Publicidade em sentido amplo é qualquer forma de comunicação dos actos do poder público dotada de eficácia externa (v. g. através de ordens de serviço, avisos, etc.).
6. As leis e os decretos-lei são actos normativos que têm de ser publicadas na 1ª série do Diário da República, sob pena de ineficácia, como dispõem os artigos 112º, nº1 e 7, e 119º, nº 1, alínea c), e e h), e 2, da CRP, e 3º, nº 2, alíneas c) e e), e 3, alínea a), da Lei nº 6/83, de 29 de Julho, na redacção do decreto-lei nº 1/91, de 2 de Janeiro. Essa publicação é hoje também acessível através da Internet.
7. Em face destes princípios, é doutrina da CADA que tais actos solenes do Poder Central, assim obrigatoriamente objecto de divulgação e publicação imediatas e de fácil acesso, não estão abrangidos pelas regras de acesso impostas à Administração pela LADA. Diferente seria a solução se estivessem integrados em qualquer processo administrativo: nesse caso não haveria razão para os excluir de tal acesso.

Assim, não é de sufragar a pretensão do reclamante de obter fotocópia de leis e decretos-lei.

8. O reclamante solicita ainda a reprodução, por fotocópia, de despachos de delegação de poderes, que não individualiza. Neste domínio a CADA reitera a sua doutrina quanto a esta matéria, ou seja, o reclamante só terá direito de acesso a listas de onde constem as informações solicitadas, se elas existirem e a entidade reclamada as detiver. Designadamente, não está a Administração obrigada a proceder a estudos e investigação com vista a identificar e listar os actos normativos e/ou administrativos que hajam sido proferidos pelas entidades que o reclamante indica.

Porém, se a entidade reclamada detiver lista de onde conste a identificação de tais actos, a solução será a já preconizada nos processos supra identificados, para cujos termos se remete.

Do exposto se extraem as seguintes conclusões:

- 1ª A LADA não impõe à Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros que, a pedido de um cidadão, lhe forneça informação sobre o quadro legal e cópia do respectivo conteúdo.
- 2ª O reclamante só terá direito de acesso a listas de onde constem as informações solicitadas, se elas existirem e a entidade reclamada as detiver, reiterando-se a doutrina do Parecer da CADA proferido em 13 de Maio de 1998, no processo nº 323.

Lisboa 15 de Julho de 1998.

Narana Coissoró (Relator) – *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* – *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)